

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e sete

Estiveram presentes à reunião: Sra. Antonia Bersi, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sra. Cristina R. Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sra. Edna F. de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Ercondo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste e Presidente do Conselho; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sr. Jorge Krassuski, representante das entidades de classe; Dr. José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Laura S. Camilo, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap.N. Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde L. Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante do Departamento Regional de Saúde; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Sr. Reginaldo B. de Paiva, representante do Movimento Sindical; Sr. Ronaldo L. de Almeida, representante do Movimento Sindical; Dr. Simão Raskin, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dr. Fábio L. Alves, representante suplente da UNICAMP; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dra. Ivanilde Ribeiro, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. José Augusto de Souza, representante suplente dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Maria Cecília Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Maria Helena Nogueira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sr. Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde; representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Justificaram ausência: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal. Faltaram: Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Oswaldo R. Grassiotti, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Sr. Renato S. Santos, representante das associações dos aposentados; Sra. Soeli A.M. Gava, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 25.06 e 04.07.07 (extraordinária); 2) 8ª Conferência Municipal de Saúde; 3) Termo Aditivo nº 04/2005 ao convênio com a Secretaria de Estado da Saúde; 4) Reestruturação da Atenção Básica; 5) Informes.

Sr. Junior iniciou a reunião colocando em votação as atas das reuniões de 25.06 e extraordinária de 04.07.07, que foram aprovadas por unanimidade. Sra. Sílvia anunciou e agradeceu a presença dos conselheiros do distrito sudoeste, atividade que era parte da capacitação em andamento. O primeiro ponto da pauta propriamente dita era a discussão sobre a 8ª Conferência Municipal de Saúde. Sr. David, em nome da comissão organizadora da Conferência, procedeu a leitura da proposta de regulamento interno, conforme documento distribuído aos presentes, esclarecendo aos presentes que, por ter a 8ª Conferência caráter de Pré-Conferência Estadual de Abrangência Regional, tinha como referência o regimento interno da 5ª Conferência Estadual de Saúde. Após aprovação das alterações propostas, o regulamento foi aprovado pelos conselheiros presentes. Em seguida foi apresentada a programação da Conferência e a proposta de divisão dos delegados. Antes de passar para o próximo ponto da pauta, Sra. Cristina solicitou fosse pautada para a reunião de agosto a apresentação do resultado da pesquisa qualitativa realizada pelo Movimento Popular de Saúde junto aos usuários dos Pronto Socorros do SUS municipal, solicitação essa encaminhada à Secretaria Executiva. O próximo ponto da pauta era a discussão e aprovação da prestação de contas do Termo Aditivo nº 04/2005 ao convênio com a Secretaria de Estado da Saúde. Sr. Leandro, técnico do Fundo Municipal de Saúde, apresentou a prestação de contas conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Este convênio tinha como objeto a aquisição de Equipamentos - Sistema de Vídeo-arteroscópio - Colonoscópio e Nasofibrolaringoscópio - para o Hospital Municipal Dr Mario Gatti, num valor total de R\$ 120.000,00. Sr. Leandro esclareceu que tiveram que ser recolhidos aos cofres estaduais R\$ 23.298,33, uma vez que o total das despesas não atingiu o valor total do repasse. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores Junior, Ronaldo, Ricardo, Mendes, apresentando as seguintes questões: o que é feito com os juros; utilização do material adquirido; possibilidade de não devolução do recurso; CLS do Hospital Mário Gatti não foi comunicado sobre a compra desses equipamentos. Sr. Leandro esclareceu que o próprio convênio determina que o recurso tem que ser aplicado e, caso haja saldo, é necessário devolver. Dr. Rober informou que com esses equipamentos o número de colonoscopias pode ser praticamente duplicado e possibilitou o início da realização das artroscopias. Com relação ao CLS, declarou que os conselheiros têm acesso a todas as prestações de contas do Hospital, inclusive às Notas Fiscais. Não havendo mais questionamentos, a prestação de contas foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. O próximo ponto da pauta era a apresentação da Reestruturação da Atenção Básica. Dra. Lígia apresentou a proposta da Secretaria conforme documento encaminhado aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Iniciou a apresentação relembroando a todos os princípios e diretrizes do SUS e a conformação do SUS local, dados de população de cada distrito, taxa de crescimento populacional, além das diretrizes da Secretaria, quais sejam: Unidade Básica de Saúde como principal porta de entrada no sistema; atenção básica como o conjunto de ações de caráter individual ou coletivo (promoção da saúde, prevenção dos agravos, ações assistenciais, tratamento e reabilitação), essenciais para a resolutividade deste nível da atenção; Estratégia de Saúde da Família como eixo estruturante da atenção básica; inclusão das comunidades de maiores vulnerabilidades (dimensão social /SUS dependência); estabelecimento de contrato de metas. Colocou a proposta de reorganização surgiu a partir de planejamento realizado em 2005 por todo o corpo gestor da Secretaria, inclusive dos Distritos, que solicitou uma avaliação da rede básica naquele momento. Baseado em estimativa rápida foi feito diagnóstico da situação que levou a essa proposta, desenhando três eixos norteadores: organização do trabalho das equipes de saúde, tanto em termos populacionais quanto de processo de trabalho; mapeamento de risco para definição de território e dimensionamento de recursos humanos. Assim, de acordo com o grau de vulnerabilidade, foi feita a priorização das Unidades onde seria mantida a estratégia de saúde da família, lembrando que a adscrição da clientela não pode ser impeditivo de atendimento. Informou que, em fevereiro de 2007, a rede dispunha de 141 equipes de saúde da família implantadas, sendo 110 completas, das quais 50 ampliadas e 60 básicas; com relação às equipes de saúde bucal, naquela data, eram 61, sendo 47 do tipo I e 14 do tipo II. Apresentou a distribuição das equipes e também a população atendida por cada uma, bem como os parâmetros do Ministério e a situação que se pretende atingir. Para que esse objetivo possa ser atingido seria necessário: recontrato de meta de cobertura PSF com o Ministério da Saúde; aumento de repasse financeiro por equipe; adequação do número de equipes e de agentes (ACS) nas áreas de maior risco; atualização do ICV com consequente repasse financeiro (toda rede); contrato de metas subsidiando o prêmio produtividade (toda rede). Para atualização do ICV - Índice de Condições de Vida - foram utilizados alguns indicadores, como escolaridade; renda; favelização; SUS dependência, estimada a partir das classes de vulnerabilidade social: muito baixa - 50%, baixa - 60%, média - 70%, alta - 85%, muito alta - 100%. A partir desses dados foi feita a classificação dos Centros de Saúde por grau de vulnerabilidade, qual seja: muito alta - São Marcos, Santa Mônica, Florence, Ipaussurama, União de Bairros, São Cristóvão, Dic III, São Domingos, São José, Carvalho de Moura, Santo Antonio e Cássio Raposo do Amarel; alta - Anchieta, Santa Bárbara, Valença, Floresta, Vista Alegre, Dic I, Aeroporto, Capivari, Santa Lúcia, Itatinga. Essa classificação aponta para a necessidade de ampliação do número de equipes nessas regiões, ou seja, na região de muito alta vulnerabilidade são necessárias mais 18 equipes, na de alta 09, mais as 31 incompletas, num total de 58 equipes. Foram apresentados dados de produção da rede demonstrando os avanços conseguidos até o momento. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores Reginaldo, Ricardo, Edna, Ronaldo, David, Lúcio, Cláudio, Silvana, Junior, Vera. Foram apresentados alguns questionamentos acerca da necessidade de adequação de recursos humanos; problemas de gestão; matriciamento; retaguarda do acolhimento; considerar as etnias na determinação do grau de vulnerabilidade, incluindo esse quesito na ficha de atendimento; responsabilidade pela avaliação de risco e/ou acolhimento nas unidades onde há recepção ativa; readequação do prêmio conforme grau de vulnerabilidade das unidades; funcionamento das unidades nos feriados prolongados e pontos facultativos; agendamento; prioridade na humanização do atendimento; participação dos trabalhadores e usuários na discussão do contrato de metas; promoção de debate urgente com as Secretarias de Negócios Jurídicos, Recursos Humanos e Gabinete do Prefeito sobre a necessidade de realização de concurso público para a saúde. Respondendo às questões Dra. Lígia colocou que a adequação das equipes será baseada em critérios epidemiológicos e demanda da população, estando previsto processo seletivo público para contratação de profissionais no segundo semestre. Além da ampliação do número de profissionais também se faz necessária a melhoria na organização do processo de trabalho e de gestão em alguns serviços. Outro problema a ser resolvido é o da fixação dos profissionais, principalmente médicos, em algumas regiões do município. Concordou com a sugestão do Sr. David de realizar levantamento sobre a utilização das unidades e frequência dos profissionais nos feriados prolongados. Com relação ao agendamento, informou que a diretriz da Secretaria é que não haja dia marcado. Informou também que vêm sendo realizados treinamentos para atendimentos de urgência/emergência. Dr. Saraiva reforçou que cabe ao gestor local, junto ao CLS, discutir como será o atendimento nos dias interferidos e pontos facultativos, esclarecendo que atualmente os pontos facultativos têm que ser compensados. Com relação à etnia, considerou ser necessário resgatar e qualificar os profissionais para as especificidades das diversas etnias, faixas etárias e vulnerabilidade social. Com relação à gestão, declarou que os coordenadores devem exercer sua autoridade, pois só descentralizando e dando autonomia às equipes de saúde lideradas por um coordenador é possível fazer uma boa gestão, reforçando a idéia de que a assistência tem que ser cada vez mais multidisciplinar e não tão centrada no médico como ainda ocorre. Sobre o concurso relatou as dificuldades que o governo enfrenta no que se refere aos limites prudenciais de gastos com pessoal, ressaltando que isso não pode ser impedimento para a realização do trabalho. Concluiu dizendo estar otimista com os rumos da Secretaria, que vem buscando cada vez mais a melhoria das condições de saúde da população. Terminado esse ponto, passou-se à seção de informes. Sra. Sílvia informou que o Hospital da PUC Campinas está oferecendo gratuitamente um curso para gestantes a ser realizado no mês de agosto. Sr. Zétula comunicou que está sendo elaborada uma proposta de regimento interno para o Conselho que será encaminhada aos conselheiros para conhecimento e sugestões, devendo ser colocada para aprovação somente após a promulgação da nova lei do Conselho. Sr. Junior leu ofício encaminhado pelo Conselho Local de Saúde Orosimão Maia em que são relatados os problemas de infraestrutura daquela Unidade. Dr. Saraiva esclareceu que a reforma do Centro de Saúde deverá ser iniciada no segundo semestre. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assinou com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

